



TEORIA E METODOLOGIA EM GEOGRAFIA URBANA¹

Maria Adélia Aparecida de Souza²

1. Introdução

Confesso que quando recebi o convite da AGB para participar desta mesa redonda, fiquei muito satisfeita, pois por incrível que pareça é a primeira vez que venho a AGB de São Paulo expor o que penso e falar do meu trabalho. Fiquei, contudo, um pouco assustada, pois acho que é uma questão difícil e complicada falar de teoria e metodologia em Geografia Urbana em função do momento que estou vivendo. Embora tendo feito o meu mestrado e o meu doutorado sobre a questão urbana, eu agora estou vivendo um momento de total reformulação, de reflexão e de crítica, sobre o trabalho que fiz. Seja ao nível da Geografia, seja ao nível do Planejamento urbano que foi o campo onde eu mais atuei, muito mais do que um trabalho acadêmico, num trabalho científico de geografia. Minha tese de doutoramento foi defendida em 1975 e depois disso, permaneci sempre no Governo exercitando o planejamento.

Então, a partir de 1978, demitida das minhas funções governamentais comecei a pensar sobre o planejamento, como é que se fazia planejamento urbano, comecei a mergulhar num processo de reflexão sobre isso tudo.

Também, é importante dizer que quando ainda estava no Governo convidei o Prof. Milton Santos para ser consultor, na Secretaria do Planejamento. E o Prof. Milton Santos, através da sua produção intelectual nestes últimos tempos e com mais algumas publicações já disponíveis, editadas em francês ou mesmo em inglês e também no contato cotidiano com ele nos incentivou e motivou muito nesta reflexão, nesta retomada sobre a Geografia e, em especial a Geografia Urbana.

Mas é uma retomada que ainda esta muito interagida com a questão do planejamento. Ela começa por causa do planejamento e não por causa da geografia, pois como geógrafo, meu contato com geógrafos tem sido muito esporádico e quando ele existe é de natureza eminentemente profissional, quer dizer, dos debates propriamente ditos da Geografia eu não tenho participado, e nem das reuniões da AGB. É mais com a geografia do Rio de Janeiro do que com a geografia paulista que me relaciono. Daí o meu duplo contentamento quando a AGB, em São Paulo me convidou para este encontro: primeiro, porque sou geógrafo e, segundo, porque eu tenho todo o interesse em fazer este debate.

2. Os rumos da Geografia Urbana

Então, como é que eu estou vendo esta questão da teoria e da metodologia na geografia urbana?

Os trabalhos que sempre manipulei em termos de geografia urbana, trabalhos para o exercício do planejamento urbano, foram aqueles produzidos pelo IBGE, certas teses de colegas nossos seja daqui da USP, seja de outras universidades brasileiras.

Algo que me preocupa muito em função do entendimento do urbano, num processo de intervenção sobre o espaço é o seguinte: todos esses trabalhos e muitos que continuam sendo desenvolvidos até hoje, estão calcados em teorias, que uns chamam de teoria do espaço, outros chamam até teorias geográficas, outras chamam de teorias de economia espacial, mas todas elas basicamente vinculadas a questão da polarização.

E esta questão da polarização no campo do planejamento, vale dizer a manipulação do urbano, nos levou neste campo a uma discussão que jamais foi bem formulada, de maneira profunda, que é a discussão a respeito da descentralização, da desconcentração, da concentração, da desconcentração concentrada e o respaldo teórico que está por trás disso que é toda teoria da polarização, seja a polarização urbana, seja a polarização do desenvolvimento, seja a polarização do crescimento que teve manifestações espaciais e propostas a respeito do espaço, que até hoje reinam especialmente no Brasil. Não é outra, no meu modo de ver, a fundamentação teórica dos polos de desenvolvimento industrial, dos polos petroquímicos, dos eixos do desenvolvimento. Isso tudo sempre foi tratado por geógrafos e planejadores de forma muito tranquila.

Quando fazemos propostas de descentralização, aquilo que imediatamente nós incorporamos é a manipulação da descentralização através do polo e num descuido teórico se esquece que o polo é também concentração. E essa manipulação tem raízes na importação cultural e teórica, fruto da história da nossa formação. Penso que não é nenhuma novidade dizer que os geógrafos e os planejadores que tiveram responsabilidades, (até certo ponto eu ousaria dizer, de decisão) foram planejadores que se formaram fora do Brasil, e que, portanto, tem uma influência muito grande das escolas alienígenas. No meu caso é a escola francesa, no de outros colegas é a escola americana e outros a escolas inglesa. Isto acontece no planejamento e na geografia, e nunca se sabe qual é o limite de um, qual é o limite de outro quando se trata do planejamento urbano. Então, são categorias que se vai manipulando e que vão se reproduzindo sem uma reflexão teórica mais profunda, e isto por quê?

Existem várias questões de fundo para entender essa reedição de teorias importadas na Geografia Urbana. A primeira é no entendimento mesmo da própria geografia, ou como Milton Santos está chamando agora de “Geografias Alternativas”. Indiscutivelmente hoje em dia acho que quase ninguém está mais aceitando as velhas posturas geográficas. Não vou mais falar sobre elas porque muitos ou todos os geógrafos as conhecem. Incorporou-se à geografia, (seja inclusive aquela mais avançada um pouco mais “sofisticada”) a manipulação de um instrumental considerado de vanguarda (coisa que eu também já fiz) do ponto de vista quantitativo, a modelagem e questões desta natureza e que impressionam do ponto de vista do conhecimento do objeto geográfico, seja ele a região, seja ele a cidade, seja ele o campo mas que por outro lado, se constitui numa falsa postura teórica com relação aquilo que eu acho que deva ser geografia, sobre o que eu vou me posicionar a seguir.

Então, este é, a meu ver um falso caminho, fruto de um falso problema que é colocado por uma grande maioria de geógrafos e que inclusive já o foi por mim mesma. Quem examinar minha tese de doutoramento vai verificar que nela eu trabalho com a teoria da polarização, e julgava na época, haver “descoberto a América”, pois eu conseguiria miuçar o polo, conseguia propor que é importante para o entendimento do polo verificar as relações que se estabelecem entre as pessoas e a vida urbana, numa relação de consumo da cidade, dos equipamentos coletivos, etc., consumo este que se diversificaria em função de categorias socioprofissionais. E, o produto final de toda essa especulação é em última análise, o fortalecimento do polo, o fortalecimento da concentração.

Imaginava na época, estar dando um passo incrível, no momento em que eu procurava estudar o polo de forma um pouco mais aberta, e imaginava, o que era mais grave, que estava também numa posição muito avançada em geografia, uma vez que embora utilizando a quantitativa (que estava muito na moda) eu tentava dar uma interpretação com um pouco mais

de qualidade, onde eu me utilizava do instrumental do planejamento. São equívocos que acho importante de serem discutidos num debate como este, pois penso que não existe inovação sem crítica. Isto tudo que está colocado aqui de forma um pouco desorganizada, é fruto de um duplo processo: primeiro porque é ainda muito difícil liberta-se das velhas teorias e da velha metodologia geográfica (de que o produto do trabalho geográfico sempre tem que ser a monografia fantasiada) e que no fundo em todas as nossas teses nós desenvolvemos métodos extremamente complicados para chegar a uma proposição afirmativa a respeito do conhecimento do real. Raramente trabalha-se com uma proposição dialética a respeito deste real que é dialético. Segundo, porque não dispomos nem do instrumental, nem de reflexões que nos formulem uma teoria da urbanização brasileira.

Então esta questão toda, faz com que esta produção que está aí, que nós manipulamos nas nossas teses acadêmicas, no planejamento, nas nossas aulas até hoje, enfim em nossas leituras, no nosso amadurecimento intelectual, ainda não foram passíveis de uma análise com uma fundamentação teórica um pouco mais profunda.

Esta postura teórica mais profunda diante da geografia, eu não sei se está na própria geografia ou se está num arsenal teórico que se tem que procurar em outras esferas do conhecimento. Por exemplo, no caso do urbano, ele só pode ser estudado hoje manipulando conceitos teóricos vinculados à dominação, vinculados à filosofia e à epistemologia. Não se pode estudar a Geografia Urbana, além do exposto acima, sem estudar o funcionalismo, o estruturalismo, a dialética, a ideologia, a tecnologia da construção, a teoria do valor, etc.

Porém, com tais afirmativas não se propõe que a geografia urbana ou a geografia deve ser uma geografia urbana estruturalista, uma geografia urbana marxista, uma geografia urbana funcionalista como querem uns, ou uma geografia urbana quantitativista como já quiseram outros tantos. Os geógrafos, são estrategistas por essência e por natureza. Conseqüentemente eles são generalistas natos, mas não generalistas no sentido do superficial, mas o generalista que é capaz de obter explicações de um objeto determinado em função de uma visão de mundo bastante ampla e bastante global. Generalista que, como método de trabalho sempre explica um objeto relacionando-o no espaço e no tempo. Isto nada mais é do que a Geografia. Mas aí a coisa vai se complicando cada vez mais.

Porém, é nesse sentido que considero o geógrafo muito privilegiado para, inclusive, se responsabilizar por um trabalho teórico de geografia, extremamente carente no caso do Brasil e dos países dependentes onde a questão se torna ainda muito mais urgente e emergente. Agora, isto significa e está subentendido já, uma postura de geografia um pouco diferente daquela que inclusive eu aprendi quando aluna no Departamento de Geografia da USP, onde me formei. Um tempo onde a Geografia era descritiva, monográfica. Pretendia-se explicativa mais no sentido mais estático possível, como se se pudesse em algum momento das relações sociais e das relações homem-natureza, tornar esse processo estático.

Então, está por traz dessa minha postura e dessa minha concepção, o entendimento da Geografia como uma Geografia explicativa sim, porém, sobejamente, infinitamente dialética. Talvez, a qualquer hora, alguém escreva por aí que existe geografia dialética. Não é esta minha proposta.

Então, como é que eu estou percebendo e encaminhando esta questão toda?

3. A crítica à teoria da polarização

Comecei a examinar questões de diferentes áreas e a refletir sobre o urbano brasileiro, entendido como sistema e como processo, em função das propostas que foram feitas no campo do planejamento. Propunha-se: é preciso desconcentrar, ou é preciso conter no seu crescimento o núcleo do sistema urbano brasileiro, vale dizer do eixo Rio-São Paulo. Propunha-se então,

estrategicamente falando, a questão da descentralização. Daí a origem do programa de cidades médias que é um excelente exemplo de equívoco teórico.

Esse programa tinha a pretensão de intervir no sistema urbano concentrado e, através disto, até certo ponto, intervindo na organização do espaço, intervir no social. Foi um falso problema criado por inúmeros planejadores e inclusive por mim, e que teve um papel importante na atuação do Estado sobre o sistema urbano brasileiro. Mas como acontece com todo falso problema, ele foi incorporado pelo Estado até o momento que o interessou. Aquelas proposições que interessavam ao Estado e conseqüentemente ao sistema, foram incorporadas. Aquelas proposições que não interessavam foram incorporadas ao nível do discurso, mas não ao nível do real. Por exemplo, discutiu-se muito sobre Betim, e sobre o polo petroquímico de Porto Alegre, a nível político e a nível estratégico.

Os planejadores com respaldo na teoria da polarização acreditavam que fosse possível manipulando o polo desconcentrar o sistema urbano. Só que se esqueceram que o espaço tem propriedades que lhe são inerentes: a propriedade de relação e propriedade da dinâmica. Essas duas propriedades se interagindo beneficiam sempre, o ponto maior, o polo maior. Então, trabalhar com a polarização quando existem desníveis do sistema, significa estar a favor do polo e não o polo atuando como desconcentração, descentralização. Este foi o grande argumento por exemplo que se utilizou para derrubar o projeto do Governo de São Paulo, de mudança de capital.

Não há argumentação, vinculada à questão da descentralização e sobretudo da descentralização administrativa, que resista a uma reflexão teórica mais profunda sobre o significado do polo. Agora o que é curioso, é que o discurso da descentralização é tido como um discurso progressista, e é por isto que ele é incorporado pelo sistema. Agora, se se aprofundar um pouco mais, fica óbvio que não pode haver descentralização no polo. Neste processo crítico de rever a teoria dos polos é que inclusive se deve aprofundar muito bem quais são as suas origens e em que circunstâncias históricas a teoria dos polos foi criada, para quem, como e com que compromissos.

A teoria da polarização foi pura e simplesmente trazida para cá e implantada no país inteiro, e teve no Estado de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, salvo engano, o grande laboratório de Jacques Boudeville para testar a sua teoria da polarização. E, somos tão mal informados que não tivemos notícias de que essa teoria já havia sido testada em algumas colônias francesas, no caso da França, e mesmo no Sul da Itália e não havia dado certo. Porém, este tipo de informação não nos foi trazida com a teoria. E para aqueles de nós que ia estudar na França, esta jamais fez para nós a autocrítica dos seus erros e das suas teorias, isto sob aspectos muito sérios, que eu acho que tem que ser incorporados nos trabalhos de geografia urbana a nível teórico e a nível metodológico.

Em função disso tudo, desse mergulho crítico aqui resumido e de forma muito desorganizada comecei a pensar como sair desse impasse. Neste sentido surgiu a ideia de, nestas mesas redondas, começar a suscitar questões para reflexões e para pesquisa.

4. Sugestões de pesquisa

1. Existe um campo que dá margem a várias pesquisas, que é aquele de consolidar uma postura teórica, vinculada a teoria que nós bem entendermos e, tentar avaliar, vinculada a teoria que nós bem entendermos e, tentar avaliar e analisar os estudos urbanos que foram produzidos para o Brasil. Eu acho que merecesse ser feito esse trabalho para a produção do IBGE, no que diz respeito às regiões funcionais urbanas, as regiões homogêneas, as regiões polarizadas, tentar entender esta produção com respaldo teórico. Acho que isto dará não só belíssimos artigos, belíssimas pesquisas, belíssimas teses e são de uma necessidade absolutamente urgente. É

importante não se esquecer que o plano da liberdade está na libertação das ideias, eu acho que a libertação das ideias está no aprofundamento teórico e não na produção das teorias.

2. Aprofundar o conhecimento do urbano brasileiro com novos enfoques não utilizando-os tanto de análise fatorial, “cluster”, mas incorporando novos fundamentos teóricos. Mas, para estudar o quê? O que no urbano seria importante de ser estudado para se chegar a ter até a pretensão de discutir uma teoria de urbanização brasileira, se é que se pode dizer isto, ou uma teoria da urbanização de países dependentes? O Prof. Milton Santos já fez a sua proposta, quando trata da interação dos dois circuitos da economia urbana. É um ponto de partida discutível, mas muito importante para se começar a fazer trabalhos sobre o urbano.

3. Num plano mais geral que considero um vetor de especulação muito importante no caso dos países dependentes, sobretudo dos países latino-americanos, é a questão da metropolização. Tudo indica que a metropolização é o fato mais significativo, o fato mais notável da urbanização de países tipo Brasil. Qualquer análise que se faça do espectro da urbanização brasileira, este fenômeno é ressaltado. Entende-se como metropolização algo extremamente genérico. Não se pensa apenas em regiões metropolitanas, mas entende-se metropolização como um processo que distingue um núcleo urbano dos demais em função de um crescimento mais acelerado que ele tem, por razões que nos interessam ainda especular. O que é curioso no Brasil é que essa metropolização não está confinada no território. Não é apenas o eixo Rio-São Paulo que se metropoliza, mas é Sobral no Ceará, é Campina Grande na Paraíba, é Dourados no Mato Grosso do Sul, etc. É óbvio que isto é extremamente discutível, é óbvio que há limites para o seu entendimento. Uma das posturas teóricas que se deve ter para estudar o urbano corretamente é se desvincular de posturas marginalistas e neoclássicas, é deixar de imaginar que toda vez que se vai estudar um fenômeno tem que se definir os patamares, indicadores e toda essa parafernália de linguagem que já nos enquadra no conhecimento de um processo. Nada me diz que eu possa ter processos análogos do ponto de vista urbano. Por exemplo, a especulação imobiliária em cidade de tamanho diferenciado. Será que eu não posso identificar a especulação como um fenômeno urbano de tal natureza importantíssimo para explicar a produção do espaço urbano?

4. O outro vetor importante é a correlação que se poderia fazer, entre algo que é bem antigo, que é a questão da geopolítica e a questão da geografia urbana. Em 1978, o Prof. Manuel Correia de Andrade organizou um seminário em Recife, não um seminário de geógrafos, mas um seminário do Mestrado em Desenvolvimento Urbano onde desenvolvemos um pouco essa questão, pois por conta de uma mesa redonda que havíamos coordenado para a AGB na SBPC em 1978, que se chamava “Geopolítica, Planejamento e Poder”, um título muito pomposo, mas que foi extremamente interessante, havíamos começado a discutir a questão geopolítica. Tanto na reunião da SBPC como em Recife, houve uma reação muito estranha à retomada da questão da geopolítica, porque a geopolítica é considerada uma questão fora da moda, como se fosse um mero privilégio do Gal. Golbery. Naquela época relemos também para realizar uns trabalhos do Governo o livro de sua autoria “Geopolítica do Brasil”. Mas lemos Geopolítica do Brasil não para fazer geografia, mas para fazer política, para fazer planejamento. Agora, recentemente, estamos retomando Geopolítica do Brasil para entender geografia urbana, para entender estratégias de ação, que achamos ser o grande caminho de ação dos geógrafos. Então esta questão da geopolítica do urbano é importante, sobretudo para se entender a questão da metropolização.

É a partir disso tudo que chegamos ao momento atual de montar uma pesquisa sobre metropolização, cujo laboratório é São Paulo, por vários motivos: primeiro porque São Paulo é o grande laboratório metropolitano do Brasil, pelas suas características; segundo porque diante das leituras de trabalhos teóricos sobre espaço, São Paulo apresenta especificidades urbanas jamais vistas. E não vou aqui dizer, por enquanto, novidade nenhuma. Quando se faz uma curva do crescimento de São Paulo, impressiona o ritmo e a dinâmica do processo de metropolização.

Porém, o que é curioso é que este processo é um processo muito mais antigo do que se pensa. São Paulo pode ser tida como metrópole desde 1840. Sempre imaginei que a questão da metropolização fosse um fato mais recente, e há documentos que comprovam isto. Porém, em 1840 já começa a aparecer uma cartografia de São Paulo e seus “subúrbios” e, o que é curioso é que aí que começaremos a examinar a questão da polarização, referida logo no início.

Indiscutivelmente, a metrópole é fruto do capitalismo e toda organização do espaço urbano a partir do momento que o urbano se configura com a metrópole, passa a cada vez mais se vincular as várias formas e as várias estratégias que o capital vai encontrando para se reproduzir. No caso de São Paulo, a questão é mais antiga do que se pensa. Através de uma pesquisa jornalística, vê-se, claramente que a metrópole sempre aparece com uma grande intervenção do poder público: é metrópole porque abriu avenidas, é metrópole porque fez o Viaduto do Chá, é metrópole bem mais tarde porque constrói o Prédio Martinelli, é metrópole porque tem metrô. Então, há sempre uma relação entre metrópole e o aparelho do Estado. Só depois dos trabalhos sociológicos é que a metrópole começa a configurar com a economia, com a questão da luta de classe, com a pobreza, periferias pobres, etc. Mas a princípio (isto tudo são hipóteses) a primeira questão a qual se vincula, a metropolização documentalmente comprovável é essa. Porém, essa vinculação com a reprodução do capital, com as decisões do Estado, não se constitui em novidade nenhuma. O que nos parece *sui generis*, no caso de São Paulo é que até um certo período, que ainda não se sabe qual é, a metropolização se horizontalizou, ela conquistou espaços novos (daí a importância também de manipular estudos da teoria da renda fundiárias, e esta questão toda, da passagem do urbano-rural e toda implicação que isto tem, do funcionamento do organismo metropolitano). Mas a partir de um certo momento, ela começa a [gestar um] processo de verticalização, que também já está sendo agora estudado.

Agora, o que assusta, pelos últimos dados do Censo, é que realmente este processo de verticalização (que não se sabe se é de retração, porque não se sabe se as pessoas que moram na periferia estão morando no centro, no vertical) ou de explosão – cresce a periferia e o centro. Assusta ainda do ponto de vista formal, do ponto de vista estrutural, do ponto de vista funcional, do ponto de vista dos mecanismos de reprodução do capital financeiro, do capital imobiliário. Mas o que preocupa mais ainda, e aí é que achamos importante estudar esta questão, não é apenas via teoria da renda fundiária, mas de teorias sociológicas e econômicas mais abrangentes, quer dizer, qual é a estratégia que preside essa nova forma de organização urbana, que faz com que a cidade de São Paulo já tenha hoje eixos de quase 10 km verticalizados. Isto recria toda uma nova postura social, todo um novo tipo de relacionamento.

No mês de novembro de 1978, foram lançados na cidade de São Paulo 36 edifícios novos, a curva de lançamento de prédios e edifícios com mais de 10 andares é algo fantástico ao nível da produção do espaço metropolitano. O que isto pode estar significando? O que está por trás desse redesenho da metrópole?

Explicar isto para mim é geografia. É explicar o espaço que aí está, como forma, função e estrutura, mas conhecendo o seu outro lado, o seu inverso, ao invés de ficar fazendo teses ou fazendo pesquisas apenas com uma preocupação de quantificar as coisas. É óbvio que se manipula e se trabalha com informações quantificáveis, mas que a leitura destas informações traga explicações qualificadas sobre o espaço e não uma mera possibilidade de quantificar o visível, o descritível.

É o que tínhamos a dizer neste encontro na AGB em São Paulo. Muito obrigada!

¹ O texto ora apresentada data de 04 de abril de 1981 e resulta da participação da autora em uma mesa redonda promovida pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB, seção São Paulo), em sua “Reunião Cultural” realizada naquele ano. No ano seguinte, o texto em questão foi originalmente publicado no primeiro número do lendário veículo de divulgação científica da AGB São Paulo, denominado “Borrador”, mais precisamente em março de 1982. Esta edição do Borrador teve como título “Teoria e método da Geografia”.

² Geógrafa, Planejadora e Professora Titular da Universidade de São Paulo, a Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza é um indubitável exemplo de intelectual, no sentido atribuído por Antonio Gramsci, dado o seu engajamento via Educação, Ciência e Política para a formação de consciência na sociedade das causas sensíveis ao povo do seu país. Algumas provas incontestes do engajamento da autora são: I. os vários livros e artigos publicados em importantes veículos de comunicação científica nacionais e internacionais e a sua contribuição à formação de gerações de professores e geógrafos com uma visão ampla e multifacetada da realidade brasileira; II. sua participação na elaboração da primeira Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do Brasil, coordenação das primeiras políticas de desenvolvimento urbano e regional e a de descentralização e desconcentração industrial do Estado de São Paulo e coordenação da elaboração de Planos de Governo para a cidade de São Paulo e para o Estado de São Paulo; III. os títulos de Doutora Honoris Causa recebidos em universidades brasileiras; IV. ter sido considerada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2018, uma das mulheres pioneiras da Ciência no Brasil; V. foi congratulada com o I Prêmio de Francofonia, em Urbanismo, da Academia de Paris e Fundação França e ocupou a Cátedra de Direitos Humanos da Universidade Católica de Lyon, na França, para citar alguns. Para maiores informações, acessar o Currículo Lattes da autora: <<http://lattes.cnpq.br/5469540377902704>>.

Agradecimentos: A equipe editorial da Revista Contexto Geográfico é imensamente grata a professora Maria Adélia Aparecida de Souza pela autorização à transcrição e publicação do presente texto que muito acrescenta a nossa revista, bem como aos professores Dhiego Antonio de Medeiros (Universidade Estadual de Alagoas (Uneal/Campus V. E-mail: dhiego.medeiros@uneal.edu.br) e Antonio Alfredo Teles de Carvalho (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas (PPGG/Igdema/Ufal). E-mail: acarvalho@igdem.ufal.br), pela transcrição, revisão e notas, primando pela manutenção do texto no seu formato, ressaltando apenas as breves atualizações e ajustes nos âmbitos ortográfico e gramatical, realizadas com a devida autorização da autora.